

Democracia, Portugal, Futuro

Forçosamente, temos que partir de palavras, de frases, de proposições, se queremos falar, comunicar. Organizamo-las num “corpus” determinado, variável de acordo com o problema colocado.

Como diz Michel Foucault, parafraseado e interpretado por Gilles Deleuze, “um grupo de enunciados e, mesmo só um enunciado são o seguinte: multiplicidades.” Riemann criou a noção de multiplicidade e de géneros de multiplicidade na relação com a física e as matemáticas. A importância filosófica desta noção surge depois em Husserl e Bergson. Diz Deleuze que nesses autores a noção fracassou, porque a distinção de géneros ocultava o conceito de multiplicidade ao restaurar um dualismo ou porque tendia para o estatuto de um sistema axiomático. Não obstante, o essencial da noção de multiplicidade é a constituição de um substantivo, de tal forma que “múltiplo” deixa de ser um predicado oponível a Uno. O conceito de multiplicidade nada deve à dualidade múltiplo/uno. A multiplicidade, no dizer de Deleuze, não é axiomática ou tipologia mas sim topológica – é o vínculo mais rigoroso entre singular / plural, neutro, repetição, seguindo Maurice Blanchot.

As épocas, os momentos históricos escapam ao reino do sujeito e da estrutura, se as olharmos como multiplicidades.

Assim, falarmos de Democracia, Portugal, Futuro é falar de um *topos* que remete para a multiplicidade – de alguma forma, no desequilíbrio deleuziano da indefinição do sentido, da rejeição do sentido único.

Refiro este pensamento por considerar que o nosso Presente remete para a perplexidade dos intérpretes e dos protagonistas. Em diversos momentos somos espectadores e actores. Mas o que vemos, o que conhecemos? Em que concordamos sobre este país real? Existe neste enunciado – Portugal – Futuro – Democracia uma possibilidade de encontro?

Antes do mais, há dúvidas sobre se o momento que vivemos – e falo no âmbito da análise filosófica – é um momento histórico. Gianni Vattimo diz-nos que “a história contemporânea, não é só a que diz respeito aos anos cronologicamente mais próximos de nós – é, em termos mais rigorosos, a história daquela época em que tudo, mediante o uso dos novos meios de comunicação, tende a esbater-se no plano da contemporaneidade e da simultaneidade produzindo também desse modo uma des-historicização da nossa experiência”.

Mas Vattimo diz-nos que nos podemos colocar de maneira construtiva na condição pós-moderna – a pós-modernidade é pós-metafísica, não pode ser só pensada como o inferno da negação do humano mas reconhecida como campo de possibilidade.

Em que termos podemos despir a história, renunciar ao dever e acreditar na potência do humano de Nietzsche, depois, de Heidegger e, talvez com ironia, também de Levinas?

Podemos enunciar Portugal, Democracia, Futuro e dar a esta multiplicidade sentidos novos?

O Portugal, o nosso Portugal é uma interpretação do passado, não é o passado. Também não será o futuro – só uma esperança de futuro.

O nosso Portugal é um momento fugaz a cada momento substituído por outro momento fugaz, a tender para o tempo longo. Qual a Democracia desse momento? A Democracia directa? A Democracia representativa? Em que modelo de Estado? Em que tipo de regime? A democracia é de facto o sistema político vitorioso do início do século XXI, como pergunta Robert A. Dahl? E o futuro? Podemos protagonizar a cada momento, a sua construção?

Apesar de tudo, quero ser optimista.

Afinal a Finlândia, país deprimido dos anos oitenta é 13º no Índice de Desenvolvimento Humano do Relatório do PNUD de 2004, assim como a Irlanda o 10º, num levantamento de 177 países, estando Portugal considerado nos 55 países do topo da tabela, no lugar 26, atrás de Israel, Grécia ou Singapura, mas à frente da Eslovénia ou da Polónia.

O grande desafio que a contemporaneidade nos apresenta é, sem preconceitos, construir a nossa democracia, no nosso Portugal, para o nosso Futuro.

Sem perder a memória nem a consciência sobre a necessidade de optar pelo sistema de aprendizagem da memória. A memória individual e a memória colectiva. Construída num tempo pós-histórico, no dizer de Vattimo, que não é, necessariamente, o tempo depois do fim da história de que fala Fukuyama. De facto, a pós-história não corresponde à renúncia da história, mas à consciência de que o tempo histórico, tal como era considerado no século XIX é hoje outro. Neste tempo pós-histórico, o desafio da memória é o desafio do momento que se segue ao vazio de que Chomsky fala no quadro da pós-modernidade. Trata-se da sequência do niilismo positivo, o momento depois da pós-modernidade a que poderei chamar, simplesmente, esperança.

E como se concretiza a esperança colectiva numa terra onde cada indivíduo pode ser, no dizer de Peter Sloterdijk “o umbigo do mundo”? Quero citar um trecho do “Ensaio sobre a intoxicação voluntária” – Depois de 1789, a ontologia clássica foi guilhotinada. Desde então, deixamo-nos levar pelo tratamento por Senhor, Senhora, queremos inventarmo-nos a nós próprios e deliciar-nos connosco à beira do abismo.

Porque a partir do momento em que abandonamos a ideia que um deus pensa através de nós, no instante em que deixamos de supor que uma inteligência universal e impessoal se realiza em nós e por nosso meio, nesse instante torna-se necessário considerar a inteligência como uma forma de propriedade privada, e ao mesmo tempo como uma espécie de capital que é investido pelos homens que reflectem em temas e projectos.

Nós não somos agentes do absoluto e por isso somos, como muito bem se diz “nós mesmos”. (...)

Vivemos e pensamos à nossa maneira.

Ao dizermos “indivíduo” designamos um sujeito que se implica na aventura da conservação de si próprio e quer determinar de maneira experimental qual é a melhor vida para si. Falamos de “indivíduos – designers”.

O conceito de experimentação sobre si mesmo é indispensável para explicar porque não esgotamos o individualismo moderno no único conceito fundamental de conservação de si. O homem e a mulher modernos arrogam-se o direito de experimentar sem limites a sua própria vida (...) Pensamos que o mundo é tudo o que podemos dizer, melhor, o mundo é tudo aquilo que experimentamos até à fractura.”

Julgo que este discurso identifica bem uma sociedade urbana, litoral, classe média, de Portugal, como poderá fazê-lo sobre outros pontos do mundo.

Mas o nosso momento de país, a tal multiplicidade, o nosso enunciado, tem muitos Portugais, alguns que vivem o momento descrito por Sloterdijk e outros que vivem o País de Eça, de Garret, de Aquilino, estranhamente misturados com João Baião, José Castelo Branco e Cinha Jardim.

Não vale a pena descrever, agora, o país que muito progrediu nos últimos 30 anos e que muitos desequilíbrios traz à data do dia de hoje. Todos o conhecemos, sabemos do diagnóstico. Curiosamente, até parece, muitas vezes que concordamos na cura: é preciso mais e melhor educação, mais e melhor cultura, acabar com os pobres, aproximar o interior do litoral, abrir o País à Europa, garantir a produtividade, aumentar a poupança, apostar na agenda de Lisboa, etc., etc.

Mas também sabemos que sob este enunciado de um certo desejo de um Portugal futuro se esconde a crescente distância entre ricos e pobres, o aumento das tensões sociais e da violência urbana, a ténue formação de identidades de pertença contemporâneas, o descrédito das políticas educativas, culturais, económicas – pois que não deram a volta ao insucesso escolar, ao abandono precoce, à depauperação da terceira idade no Interior, etc., etc.

Vivemos à beira do “horror económico”, tal como é descrito por Vivianne Forrester, mas não encontramos a receita da alternativa.

No início do século XX desenhou-se a mecânica estatística de Ludwig Boltzmann e mais tarde a teoria da informação de Claude Shannon. Visam as duas a medição, nomeadamente do acaso e do caos. Sabemos hoje que o acaso e o caos têm um papel criador nos processos de vida. Refiro este

aspecto para dizer que a complexidade da multiplicidade do nosso enunciado – Portugal, Democracia, Futuro é portadora de criação, de vida.

Na ordem clássica, o caos transforma-se em cosmos, a confusão que se ordena. Hoje, na expressão de Eduardo Lourenço, vivemos “o esplendor do caos”, que não tende para um conceito de ordem. Lourenço não celebra esse esplendor, fala-nos da desordem em que estamos mergulhados – desde a económica à da legalidade e da ética e pergunta-se se releva ou não, em sentido próprio, do conceito de caos. Diz-nos vivermos “a 1ª ressaca da mundialização”.

Uma mundialização onde proliferam as “identidades assassinas” de que fala Amin Malouf e de que os fundamentalismos são exemplo e que de outra forma são também retratados por Samuel Huntington em “O choque das civilizações”. A mundialização que se chama em termos económicos “globalização” é declarada por Stiglitz, prémio Nobel da Economia como “a grande desilusão”, denunciando o abuso que se faz sobre as suas possibilidades. Qual é o nosso Portugal, o do enunciado, o deste momento? É um Portugal nação? Um Portugal Estado? Um Portugal étnico? Tribal?

Considero que o futuro próximo da democracia portuguesa está na re-assunção, sem vergonhas, de uma identidade nacional, construída sobre o *caos positivo* e criativo que é a nossa contemporaneidade, a nossa interpretação da memória; um Portugal onde a democracia deve ser solidificada ao nível da cidade, sendo a unidade geográfica autárquica palco preferencial de estruturação do projecto de participação cidadã e onde o nacional desempenha um papel de estruturação estatal mais próximo do Estado liberal, dotado de poder efectivo, mas limitado nas áreas de intervenção e onde as autarquias locais se assumem como plataformas de estado social, dotadas de poder e meios mais alargados e base de afirmação da democracia

representativa e participativa em contacto com formas de democracia directa. Vejo um Portugal onde a minha geração tem de lutar contra a opacidade do Poder e rejeitar ser só mais um *boy* do PS, do PSD, do PP, do Bloco de Esquerda ou do PCP, para o caso não interessa, mais um *boy* na fila do emprego. Um Portugal onde o político não cede à corrupção. Onde o político seja competente na sua área de responsabilidade.

Um Portugal que percebe que há mais vida para lá da comunicação social – é minha opinião um mito acreditar que só o que é veiculado pelos media vale. Trabalho há muitos anos com a pretensão de resultados práticos no campo social sem que isso seja um fenómeno público ou, pelo menos, pertença do público dos media, que mais do que um agregado é só um patamar de aquisição e de pertença. Muitos trabalham com eficácia social sem impacte no campo mediático. Assumamos claramente que não é possível construir seriamente uma democracia para os media- temos de construir uma democracia para o povo português o que é muito mais interessante e acredito, independentemente da visibilidade que isso tenha, muito mais importante.

Acredito num Portugal que tem o dever de elevar a potência da sua memória e interpretá-la a favor de um quotidiano de afirmação da criatividade, da iniciativa e do valor do individual no colectivo e do colectivo enquanto colectivo.

Hoje, onde sabemos, como diz Todorov, que temos de renunciar à ideia de progresso constante, o que não quer dizer que a humanidade deslize inexoravelmente por uma via descendente, sabemos também que “a História não está submetida a nenhuma lei simples, nem, talvez, a nenhuma lei sequer”.

Sabemos que a complexidade da nossa equação exige um esforço suplementar de afirmação cívica, contra o individualismo exuberante ao qual

convida o complexo político-industrial dominante, onde se integram as estruturas comunicacionais de massas que travestem a realidade numa árvore de natal de plástico. Quero acreditar que pessoas como as que estão presentes nesta sala, neste congresso, sabem que são capazes de contribuir para um Portugal próximo da medida dos nossos sonhos, absolutamente possível. Mas só possível se formos muitos a protagonizar o momento que produz essa possibilidade. Esse é o exercício da nossa experiência de vida, que inexoravelmente, terá de remeter para uma utopia e com ela, transportar uma ética, ou seja uma regra e com ela todos os desejos, sonhos e castrações. Mas o tempo mata a cada momento o nosso desejo, o que corresponde a uma queda na realidade. É importante não confundir desejo com desejo orgástico e os dois com a esperança. A esperança que o tempo só mata se quisermos ou deixarmos.

Pessoalmente, julgo que é, como diz Eduardo Lourenço, mau caminho aceitar a errância do caos e viver nesse esplendor. Mas acredito na sua vitalidade, referenciada por David Ruelle, que só vale na afirmação de um caminho para a multiplicidade. O nosso enunciado Portugal – Democracia – Futuro é uma utopia à procura de conteúdo e de quem a transporte com convicção e determinação às vezes pouco visível no momento de hoje.

Jorge Barreto Xavier

Comunicação ao I Congresso da Democracia Portuguesa

Fundação Calouste Gulbenkian, 12 de Novembro de 2004